



*Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Luiza dos Santos Cubo Inglesias*

Na edição do último mês, o boletim Termômetro Tributário – Ceper discutiu os dados referentes à arrecadação de impostos federais do mês de janeiro de 2014. Em nível nacional, registrou-se um montante praticamente idêntico (queda de 0,1%) ao observado em janeiro de 2013, com destaque para a significativa queda de 6,8% na arrecadação do IRPJ. A região de Ribeirão Preto, por sua vez, apresentou melhores resultados: arrecadou um montante 7,1% maior em janeiro de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, com destaque para os aumentos de 16%, 11,3% e 10,2% no total arrecadado do IRRF, do IRPJ e do COFINS, respectivamente. Por fim, o município de Ribeirão Preto apresentou comportamento semelhante às demais cidades da região, assinalando aumento de 6,4% no total dos impostos analisados. Quando foram analisados os acumulados de fevereiro de 2012 a janeiro de 2013 e fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, notou-se, para o Brasil, relevante aumento de 3,9% na arrecadação total de impostos federais, enquanto para a região de Ribeirão Preto e o município de Ribeirão Preto foram registradas quedas de 0,02% e 0,8%, respectivamente.

Esta edição do Termômetro Tributário apresenta e discute os valores referentes à arrecadação de impostos federais no mês de fevereiro de 2014. Conforme pode ser visto na tabela 1 apresentada em sequencia, em nível nacional, observa-se uma

arrecadação total da ordem de R\$ 50,109 bilhões, montante 2,4% superior ao observado no mês de fevereiro de 2013. É possível observar, contudo, diferentes comportamentos de cada um dos impostos selecionados: enquanto o IPI, o PIS/PASEP, o IRRF e o COFINS registraram aumentos de aproximadamente 9% cada, a CSLL e o IRPJ sofreram retrações significativas de 16,8% e 16,4%, respectivamente.

Na região de Ribeirão Preto, o total arrecadado de impostos federais exibiu aumento de 2,3%, variando de R\$ 258,046 milhões em 2013 para R\$ 263,913 milhões em 2014. Embora seja possível notar um expressivo aumento na arrecadação do IRRF (36,7%), também foram registradas grandes retrações na arrecadação do IPI e do IRPJ (iguais a 25,2% e 13,8%, respectivamente).

No município de Ribeirão Preto em si, o mês de fevereiro de 2014 registrou uma arrecadação total de R\$ 130,508 milhões, o que representa um crescimento real de 4,1% frente ao mesmo mês do ano passado, superior ao observado nos níveis nacional e regional. À exemplo do cenário regional, contudo, nota-se uma queda proeminente na arrecadação do IPI (redução de 18,4%), além da queda de 5,2% no IRPJ. As demais rubricas, por sua vez, registraram aumento, com destaque para a elevação de 36,5% na arrecadação do IRRF.



BOLETIM

Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Luiza dos Santos Cubo Inglesias

Tabela 1: Arrecadação de impostos federais - grupos selecionados e total geral – Brasil, municípios da região de Ribeirão Preto e município-sede - fevereiro - em R\$ mil

	Brasil			Região de Ribeirão Preto			Município de Ribeirão Preto		
	2013	2014	Var %	2013	2014	Var %	2013	2014	Var %
IPI	3.035.651	3.326.077	9,6%	15.241	11.400	-25,2%	4.063	3.314	-18,4%
PIS/PASEP	3.610.837	3.917.703	8,5%	17.598	18.671	6,1%	9.933	10.605	6,8%
IRRF	9.010.259	9.757.090	8,3%	23.131	31.628	36,7%	11.732	16.016	36,5%
CSLL	4.048.864	3.369.003	-16,8%	19.697	19.015	-3,5%	7.495	7.643	2,0%
IRPJ	7.537.505	6.302.417	-16,4%	45.949	39.621	-13,8%	15.398	14.592	-5,2%
COFINS	13.071.556	14.302.679	9,4%	58.342	62.069	6,4%	31.433	34.093	8,5%
TOTAL	48.947.238	50.109.400	2,4%	258.046	263.913	2,3%	125.415	130.508	4,1%

Fonte dos dados: Receita Federal

Notas: Total geral se refere à arrecadação de todos os impostos, não somente os selecionados. Dados em R\$ de dezembro de 2013

Visando complementar nossa análise, a tabela 2 apresenta o total da arrecadação do ano, ou seja, o total arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, além da comparação com o total do mesmo período do ano passado. Ao longo dos dois primeiros meses deste ano, a arrecadação nacional atingiu a cifra de R\$ 133,135 bilhões, montante este que representa um acréscimo bastante discreto (apenas 0,8%) frente às cifras registradas no mesmo período de 2013. Conforme discutido anteriormente, ainda que o mês de fevereiro de 2014 tenha sido favorável, o mesmo não pode ser dito do mês de janeiro, justificando assim este crescimento moderado do bimestre. Destaca-se o fato da CSLL e do IRPJ registrarem montantes 6,4% e 9,2% menores no primeiro bimestre 2014 frente ao mesmo bimestre do ano passado, respectivamente.

Na totalidade dos municípios da região de Ribeirão Preto, o total de impostos arrecadados exibe comportamento favorável. Se em 2013, o total arrecadado nos dois primeiros meses havia sido R\$ 666,268 milhões, o valor registrado em 2014 foi igual a R\$ 701,124 milhões, ou seja, aumento de 5,2%. Os principais responsáveis por este aumento foram o IRRF e a COFINS (22,6% e 8,4% de aumento, respectivamente), muito embora seja importante destacar a expressiva queda do IPI em 29,5%.

Especificamente no município de Ribeirão Preto, à exemplo do cenário regional, observa-se um aumento de 5,6% no total observado ao compararmos as arrecadações totais de R\$ 357,365 milhões em 2014 e R\$ 338,551 milhões em 2013. Ainda que a maioria das rubricas tenha registrado aumentos significativos, a redução na arrecadação do IPI foi bastante expressiva, variando 15,4% nos períodos.

**Tabela 2: Arrecadação de impostos federais - grupos selecionados e total geral – Brasil, municípios da região de Ribeirão Preto e município-sede – acumulado entre janeiro e fevereiro - em R\$ mil**

	Brasil			Região de Ribeirão Preto			Município de Ribeirão Preto		
	2013	2014	Var %	2013	2014	Var %	2013	2014	Var %
IPI	7.458.796	7.998.787	7,2%	32.861	23.178	-29,5%	8.297	7.021	-15,4%
PIS/PASEP	8.204.348	8.450.027	3,0%	36.312	38.054	4,8%	20.183	20.691	2,5%
IRRF	23.230.971	24.889.625	7,1%	72.942	89.403	22,6%	33.251	38.550	15,9%
CSLL	15.314.152	14.326.478	-6,4%	74.504	77.565	4,1%	37.309	41.326	10,8%
IRPJ	29.999.811	27.232.092	-9,2%	158.851	165.238	4,0%	74.238	82.474	11,1%
COFINS	30.409.573	30.804.157	1,3%	121.146	131.270	8,4%	66.234	70.239	6,0%
TOTAL	132.078.362	133.135.629	0,8%	666.268	701.124	5,2%	338.551	357.355	5,6%

Fonte dos dados: Receita Federal

Notas: Total geral se refere à arrecadação de todos os impostos, não somente os selecionados. Dados em R\$ de dezembro de 2013

Estes sinais de recuperação da arrecadação parecem estar em linha com alguns indicadores recentes de atividade econômica. De acordo com o IBGE, as vendas no varejo, em fevereiro último, cresceram 0,2% tanto em volume de vendas quanto em receita nominal, ambas em relação ao mês anterior. Em relação a fevereiro de 2013, o volume de vendas cresceu 8,5%, acumulando 7,4% no bimestre e 5,0% nos últimos doze meses. Contudo, o comércio varejista ampliado (varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de material de construção) voltou a registrar queda (-1,6%) para o volume de vendas, e queda de 0,8 para a receita nominal, ambas em relação a janeiro de 2014. Em relação ao mesmo mês do ano anterior houve crescimento de 8,4% para o volume de vendas e de 13,3% na receita nominal. No que tange às taxas acumuladas, os aumentos foram de 6,5% no ano e de 3,9% nos últimos 12 meses, para o volume de vendas, e de 11,5% e 9,4% para a receita nominal, respectivamente. Já em relação à atividade industrial, ainda segundo o IBGE, em fevereiro de 2014, a produção industrial nacional avançou 0,4% frente ao mês imediatamente anterior e no confronto com igual mês do

ano anterior, o total da indústria avançou 5,0%, interrompendo dois meses de taxas negativas consecutivas: -2,6% em dezembro de 2013 e de -2,2% em janeiro de 2014. Assim, o setor industrial acumulou crescimento de 1,3% nos dois primeiros meses do ano e nos últimos 12 meses, registra expansão de 1,1%.

Ainda que estes indicadores sinalizem um cenário positivo, é importante considerar que medem crescimentos pontuais, referentes aos anos recentes em que a economia brasileira como um todo não tem se comportado favoravelmente (ou seja, trata-se de crescimento sobre uma base pequena). O próprio FMI, recentemente, revisou a expectativa de crescimento para a economia brasileira em 2014: se em janeiro, a expectativa era de crescimento de 2,3%, agora, a expectativa é de crescimento de apenas 1,8%. Para 2015, as expectativas foram também reajustadas, de 2,8% para 2,7%. Logo, diante de um cenário recente de crescimento baixo e instável, mantemos nossa posição de que não é possível definir, com maior grau de confiança, nenhum cenário de recuperação efetiva da atividade econômica.